



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO A PARTIR DO ANO DE 2018

Edméia Maria de Lima – UEL

Camila Aparecida Pio – UEL

Edwylson de Lima Marinheiro – UEL

Marcos Maia da Silva – UEL

Raquel Francisca da Silveira – UEL/IFTO

Eliane Cleide da Silva Czernisz (Orientadora) - UEL

RESUMO

O texto aborda dados de pesquisa em andamento que analisa a reforma do ensino médio em dissertações e teses produzidas na área da Educação. Questiona como as pesquisas foram desenvolvidas e quais as principais alterações da reforma. O objetivo é mapear as pesquisas desenvolvidas; levantar e analisar as principais alterações do ensino médio. O resultado da análise indica a predominância de estudos que utilizam a legislação da reforma, com destaque à Lei n. 13415/2017 e MP n. 746/2016. Como conclusão destaca que com a reforma a formação no ensino médio torna-se frágil, compromete o trabalho docente, inviabiliza a formação humana.

Palavras-chave: Ensino médio, Trabalho docente, Formação humana.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio (EM), importante etapa da formação da juventude no Brasil, passou por alterações curriculares significativas que também alteraram, entre outros aspectos, a organização das disciplinas, a proposta para a formação, a maneira como se desenvolve o trabalho docente. Trata-se de uma reforma curricular inicialmente apresentada pela Medida Provisória (MP) n. 746/2016. O modo como a reforma foi (im)posta dá mostras de seu teor autoritário, que sem discussão alterou uma etapa educativa fundamental aos estudantes que pretendem prosseguir em estudos superiores ou que pretendem se inserir no mercado de trabalho.

Dentre as principais alterações, conforme se verifica na Lei n. 13.415/2017, estão o foco no ensino de língua portuguesa, matemática e língua inglesa. Disciplinas como geografia, história, sociologia, filosofia, educação física e artes, anteriormente componentes importantes de campos de conhecimento imprescindíveis para formação, foram transformadas de modo visivelmente ínfimo em temas de discussão na etapa educativa. Os professores do ensino médio, tiveram que recompor sua carga horária de atuação, passaram a trabalhar com



XXII ENCONTRO DE COMPONENTES CURRICULARES SOBRE OS QUAIS

componentes curriculares sobre os quais possuíam pouco conhecimento ou domínio. A aprendizagem passou a ser norteadada pelo desenvolvimento de competências, aspecto reforçado e demarcado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E como reforço às competências propostas, visivelmente adaptativas, outros componentes curriculares foram propostos para a composição curricular como o projeto de vida, educação financeira e pensamento computacional.

O currículo ficou dividido em duas partes: a primeira é a formação geral básica, e a segunda são os itinerários formativos. Com essa composição, a promessa era de um ensino médio mais flexível, favorável à escolha de um itinerário que de fato contemplasse as expectativas formativas e profissionais dos estudantes.

Entendemos tratar-se de um assunto importante a ser discutido entre pesquisadores, professores e estudantes, frente ao desmonte que incidiu sobre essa significativa etapa educativa, e aos prejuízos futuros que se vislumbram em decorrência do desmerecimento da aprendizagem ampla e profunda de conhecimentos científicos necessários ao desenvolvimento e vivência da cidadania. Com vistas a compreender esse processo, questionamos: de que forma as pesquisas foram desenvolvidas? Quais as principais alterações da reforma mencionadas nas pesquisas?

Com o intuito de responder as perguntas que orientam o estudo, apresentamos dados da análise que vem sendo realizada, pois trata-se de pesquisa em andamento que investiga como a atual reforma do ensino médio que se desenvolve a partir da Lei n. 13.415/2017 no cenário brasileiro se apresenta em dissertações e teses desenvolvidas a partir do ano de 2018. É uma pesquisa bibliográfica que utiliza dados das dissertações e teses desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação. O objetivo é mapear as pesquisas, levantar e analisar as principais alterações do ensino médio, bem como as suas implicações.

METODOLOGIA

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e utiliza-se de metodologia bibliográfica. Entendemos tratar-se de uma forma de realizar pesquisa que de acordo com Lima e Mioto (2007), contribui para verificar a fundamentação teórica e metodológica das pesquisas, assim como oportuniza a análise e comparação de resultados, desde que contenha passos bem definidos pelo pesquisador. A pesquisa utiliza levantamento de Teses e Dissertações disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Elegemos o ano de 2018 para levantamento e análise das dissertações e teses por considerarmos a possibilidade de obtermos reflexões, mesmo que parciais, sobre o encaminhamento da reforma.



Os descritores para a busca das pesquisas são: ensino médio, reforma do ensino médio,

novo ensino médio. Verificamos os principais documentos de políticas educacionais que foram utilizados; os autores tomados por referência na discussão; os apontamentos sobre as principais alterações do ensino médio e suas implicações. O método de análise se fundamenta na perspectiva materialista histórica e visa com que o pesquisador possa, “[...] na sua relação com o objeto, extrair as suas múltiplas determinações” (Netto, 2011, p. 53). Por essa razão, compreendemos que pelo método em questão, há a possibilidade de interpretação da realidade por uma reflexão que considere categorias como: historicidade, contradição, totalidade, mediação, reprodução, práxis.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na análise de Silva (2018, p.12), a reforma do ensino médio leva a uma proposta formativa que promove a adaptação ao mercado, uma educação de caráter instrumental, “[...] mostra-se limitada por seu caráter pragmático e a-histórico”. O aspecto central dessa limitação, pelo que compreendemos, está no fato de que o norteamento do ensino médio pela noção de competências “[...] não permite o aprendizado e o exercício da reflexão com a profundidade que a formação cultural exige” (Silva, 2018, p. 12).

Essa é a compreensão que temos das modificações promovidas com a Lei n. 13.415/2017 que, por sua vez, alterou o ensino médio na LDB 9394/96. A nova redação da LDB indica no artigo 35 que o ensino médio seguirá os Direitos e Objetivos de Aprendizagem definidos pela BNCC e sua organização curricular será composta de 04 áreas de conhecimento, sendo: “I. Linguagens e suas Tecnologias, II. Matemática e suas Tecnologias, III. Ciências da Natureza e suas Tecnologias, IV. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”.

Observamos que foi acrescentado no mesmo artigo, §7º, a necessidade de que o currículo do ensino médio possibilite “[...] a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”.

Além das indicações que mostram alterações de concepção de formação e de organização curricular, o artigo 36 da referida lei, indica que: “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino[...]”.

Essas breves observações dão uma dimensão das profundas alterações decorrentes da reforma do ensino médio, que, em um curto período de tempo, estruturou o ensino médio sob



XXII ENCONTRO uma nova organização curricular e fundamentação. Para complementar o norteamento legal da reforma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução CNE/CEB 03/2018 – corroborou com o fortalecimento de concepções já anunciadas na LDB 9394/96, dentre as quais podemos destacar do artigo 6º da Resolução a centralidade da BNCC, a indicação de formação integral, o desenvolvimento de competências e habilidades indicadas pela BNCC, a utilização de itinerários formativos e adoção de unidades curriculares.

De acordo com análises de Silva (2018, p. 11), a formação proposta se direciona para “uma concepção de formação humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania.” Demarcamos que em nossa compreensão a formação humana requer o domínio dos conhecimentos científicos elaborados pela humanidade, para que seja possível a transformação social, por isso negamos o viés adaptativo. Desse percurso que realizamos até aqui compreendemos que a reforma não se mostra como efetivamente é, com os percalços que irá promover, com sérias interferências na vida acadêmica e profissional do estudante, com uma formação utilitária e adaptada ao mercado, aspectos que demandam estudos e acompanhamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca por dissertações e teses no ano de 2018 possibilitou selecionar 17 dissertações de mestrado e 04 teses de doutorado. Destas, 02 dissertações e 01 tese não foram consideradas por não conter autorização para serem divulgadas. As 15 dissertações restantes tratam da etapa do ensino médio com foco na formação da juventude, no tempo integral, nos limites para a formação, no dualismo da formação. Entre as teses analisadas destaca-se a ocupação das escolas como resistência das juventudes e organização contra-hegemônica à reforma do EM, assim como o EM em tempo integral. Tanto as dissertações quanto as teses utilizaram a legislação como documentos da reforma do EM para desenvolver as análises. Três dissertações e duas teses utilizaram coleta de dados junto aos estudantes.

Como resultado da análise é possível inferir que predominam as pesquisas de tipo bibliográfico e documental, sendo que a legislação específica da reforma – Lei n. 13415/2017 e MP n. 746/2016 é abordada. Predominam as pesquisas com enfoque crítico à reforma, de modo a explicitar as incongruências dos encaminhamentos reformistas como: reforma anti-democrática, que atende aos anseios do mercado, que produz o dualismo educacional, reducionista a conteúdos básicos, compromete o trabalho docente, flexibiliza a formação, visa a formação de capital humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos desenvolvidos até o momento, destacamos que as alterações curriculares do ensino médio, nas pesquisas analisadas, são criticadas, com destaque aos prejuízos que os estudantes terão no que toca ao conteúdo e qualidade da formação. Os dados indicam que a formação humana, na atual reforma, está cada vez mais distante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
Acesso em 03/01/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares para o ensino médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file> Acesso em 03/01/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Lei nº 13.415/2017**, de 17 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm
Acesso em 03/01/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a BASE**. Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf Acesso em 03/01/2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálises**. Florianópolis, v. 10, n. esp. P. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt> Acesso em 03/01/2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC na reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 34, 2018. p. 1-15.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15/05/2024.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO